

# OS (DES)AVANÇOS NOS NÍVEIS DE INDICADORES DE COMPETITIVIDADE DE DESTINOS TURÍSTICOS INDUTORES BRASILEIROS: O CASO DE SÃO RAIMUNDO NONATO

*THE (DIS)ADVANCES IN THE LEVELS OF BRAZILIAN INDUCTIVE TOURIST DESTINATIONS COMPETITIVENESS INDICATORS: THE CASE OF SÃO RAIMUNDO NONATO*

## Deborah Moraes Zouain

Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil(1999)  
Professora do PPGA da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO, Brasil.

Data de recebimento: 18/07/2017

Data de aceite: 14/02/2019

## Airton Nogueira Pereira Júnior

Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Empresas Aéreas – ABEAR, Brasil.

## Luiz Alexandre Valadão de Souza

Doutorando no PPGA/UNIGRANRIO, Brasil.

## André Luís Faria Duarte

Analista em C&T na Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN. Doutorando no PPGA/UNIGRANRIO, Brasil.

### RESUMO

O turismo vem crescendo bastante em todo o mundo e sendo enquadrado na perspectiva econômica. Nesse contexto, o desempenho de seus destinos passou a ser avaliado com o mesmo parâmetro de outras atividades do mercado: a competitividade. No Brasil, para atender à meta do Plano Nacional de Turismo de estruturar 65 destinos turísticos, de modo a deixá-los em condições de competir internacionalmente, foi realizado um diagnóstico de seus níveis de competitividade. Para tanto, foi feita uma pesquisa documental, com abordagem qualitativa, visando a análise comparativa dos resultados do “Estudo dos 65 destinos” e a construção da agenda do Ministério do Turismo (MTur). A competitividade dos 65 destinos turísticos foi mensurada por meio de um indicador de competitividade composto de 13 pilares. No presente estudo, foi analisado o caso do Município de São Raimundo Nonato, que contribuiu para demonstrar possíveis falhas entre os resultados do Estudo e as ações do MTur.

**Palavras-chave:** Turismo. Competitividade. Plano Nacional de Turismo.

### ABSTRACT

Tourism has been growing widely around the world and being framed in economic perspective. In this context, the performance of its destinations began to be evaluated with the same parameter of other activities of the market: competitiveness. In Brazil, in order to meet the goal of the National Tourism Plan to structure 65 tourist destinations, in order to allow them to compete internationally, a diagnosis of their levels of competitiveness was made. For that, a documentary research was carried out, with a qualitative approach, aiming at the comparative analysis of the results of the “Study of the 65 destinations” and the construction of the agenda of the Ministry of Tourism (MTur). The competitiveness of the 65 tourist destinations was measured by means of a competitiveness indicator composed of 13 pillars. In the present study, the case of São Raimundo Nonato was analyzed, which contributed to demonstrate possible flaws between the results of the Study and the MTur actions.

**Keywords:** Tourism. Competitiveness. National Tourism Plan.

#### Endereço dos autores:

Deborah Moraes Zouain  
deborahzouain@gmail.com

Airton Nogueira Pereira Júnior  
tompereira@uol.com.br

Luiz Alexandre Valadão de  
luiz.alexandre.valadao@gmail.com

André Luís Faria Duarte  
alduarte@cnen.gov.br

## 1 INTRODUÇÃO

O turismo é amplamente considerado um motor de desenvolvimento econômico e social devido às numerosas interações estabelecidas com outras indústrias (GARCÍA-VILLAVERDE et al., 2017). Considerando a sua relevância e importância econômica, é compreensível, que mesmo em momentos de crise econômica, exista interesse em desenvolver este setor. Nesse contexto, o desempenho de seus destinos passou a ser avaliado com o mesmo parâmetro de outras atividades do mercado: a competitividade.

Competitividade é um termo que passou a integrar o quadro de indicadores das atividades de todas as áreas do mercado, com a finalidade de mensurar aspectos que permitem um país, uma empresa ou mesmo um grupo, se manterem em vantagem perante os concorrentes. É amplamente aceito o fato de que o aumento da produtividade do trabalho com a intenção de aumentar a competitividade internacional de determinados setores será favorável a um país (STAUVERMANN; KUMAR, 2017).

No contexto de expansão mercadológica, o termo chegou ao turismo que, por sua vez, também passou a ser avaliado sob a ótica da economia. A competitividade busca identificar, manter e integrar as vantagens locais a valores, de modo que os destinos possam competir no mercado em condições de maior eficiência. De acordo com Carmona, Costa e Ribeiro (2014, p. 204), “a competitividade no turismo pode ser medida pela capacidade de influência de diversos *stakeholders* nas atividades turísticas de um país, região ou zona, para atingir metas acima da média, de uma maneira sustentada e sustentável”.

A metodologia de pontuação a ser utilizada na construção do indicador de competitividade, adequada ao segmento, possibilita identificar pontos que estão em situação de competir e pontos que não estão. Os resultados servem de subsídio para a elaboração de políticas públicas e, consequentemente, para a alocação de recursos por parte do governo. O desenvolvimento e a manutenção das atividades turísticas dependem muito do suporte governamental, principalmente no que diz respeito à construção de infraestrutura básica e de acesso e de uma superestrutura, com órgãos responsáveis que se ponham à frente do segmento. Também compete ao Estado promover o desenvolvimento da iniciativa privada que opera no setor. Nesse contexto, inserem-se as políticas públicas, desenvolvidas por meio de ciclos específicos e com atores diversos, representantes políticos e da sociedade. Neste sentido, Massukado-Nakatani e Teixeira (2009) sustentam que o uso de recursos organizacionais e turísticos não é suficiente para a implementação de políticas públicas de turismo, sendo necessário, por isso, estabelecer uma rede com outras organizações para desenvolver o turismo local.

No Brasil, com a criação do Ministério do Turismo (MTur), a atividade turística teve um novo impulso, passando a desenvolver-se segundo políticas que destacam, dentro de uma proposta maior, aspectos variados dessa atividade, como a descentralização. Exemplo disso são o Plano Nacional de Turismo, documento estratégico que tem por finalidade orientar, gerir e garantir que a atividade turística seja geradora de renda, emprego, dentre outras, e que é renovado e atualizado a cada quadriênio; a Política Nacional de Turismo (Lei nº 11.771, de

2008), que estabelece o papel do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao turismo; além de programas implementados sob a égide do Plano Nacional de Turismo (PNT), como o Programa de Regionalização do Turismo. De acordo com Dreher e Salini (2009), várias regiões procuram alternativas para gerar vantagens competitivas, buscando ampliar suas atratividades turísticas por meio da regionalização.

Na primeira década dos anos 2000, o *World Economic Forum* (WEF), em parceria com várias instituições de países distintos, criou o índice mundial de competitividade em turismo, por meio do qual mensurou fatores determinantes da competitividade mundial da atividade. Os países foram classificados pelo respectivo desempenho em tais fatores, e os resultados, em 2008, demonstraram que o Brasil se encontra na quadragésima nona posição, de um total de 133 economias pesquisadas. Os quatro primeiros colocados foram (em ordem decrescente): Suíça, Áustria, Alemanha, Austrália (MONTANARI; GIRALDI, 2013).

Visando uma avaliação interna da situação, em 2008 o Ministério do Turismo, em sua função de articular-se com os demais Ministérios, com os governos estaduais e municipais, com o poder legislativo, com o setor empresarial e a sociedade organizada, entre outros, associou-se à Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ao Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para avaliar a competitividade de 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional. O respectivo diagnóstico foi publicado no documento “Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Nacional”, foco deste artigo.

Os temas turismo e competitividade são relevantes em função do impulso que a atividade turística vem tendo no mundo, desde sua visão como importante fator da economia, e o que a competitividade, como indicador, representa para a mensuração da sobrevivência e do crescimento de países, empresas ou grupos. Do ponto de vista prático, este artigo centra-se no aspecto talvez mais nevrálgico das políticas públicas, que é a inserção de problemas na agenda de políticas do governo ou, em outras palavras, elevar problemas à categoria de prioridades. “Problemas entram na agenda quando assumimos que devemos fazer algo sobre eles. O reconhecimento e a definição dos problemas afeta os resultados da agenda” (SOUZA, 2006, p. 10). Do ponto de vista teórico, tratar os temas partindo dos resultados empíricos do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional (MTUR, 2008) e basear a inserção de problemas na agenda de políticas do Ministério do Turismo em amplo referencial de pesquisas nacionais e internacionais significa dotar de cientificidade a relação entre aqueles e essa, haja vista o emprego de metodologias para as respectivas abordagens.

## 2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

O estudo/diagnóstico dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional se insere na proposta do Plano Nacional de Turismo 2007-2010 e Programa de Regionalização do Turismo, em cujo cenário se configuram as políticas públicas de turismo no país. Vale ressaltar que o turismo contribui para o desenvolvimento socioe-

conômico das comunidades através de aumentos no emprego, renda, receitas fiscais, acesso ao turismo e recursos recreativos, dentre outros (DOGRU; SIRAKAYA-TURK, 2017).

Nessa perspectiva, as agendas de política - etapa do ciclo das políticas públicas - até por seu papel de representar o espaço que um problema alcança em meio às prioridades do poder público, constituem um dos principais alvos das propostas de solução de problemas. Significa dizer que "converter" um problema em prioridade do governo é entender que há grandes possibilidades de ele ser solucionado, inclusive, quanto ao orçamento.

A questão que se coloca nesse sentido é entender por que alguns problemas conseguem integrar a agenda de políticas e, conseqüentemente, passam a receber tratamento mais direto do governo, e outros são ignorados (SOUZA, 2006). Desta forma, o problema investigado é: qual avanço nos níveis dos indicadores de competitividade, tomando por base as ações planejadas na agenda do Ministério do Turismo e os resultados alcançados no Município São Raimundo Nonato? As teorias a esse respeito são várias e destacam desde o nível do problema, sua publicização e a influência dos atores que as integram até a apresentação de soluções plausíveis para a demanda.

O município de São Raimundo Nonato foi um dos destinos indutores escolhidos, por ter as características de atrair o desenvolvimento regional. (MTUR, 2008). Também é válido ressaltar que o município é um marco de referência arqueológica internacional (ETCHEVARNE, 1996).

A estrutura produtiva do município caracteriza-se pela agricultura de sequeiro, em muitos

casos de subsistência, criação de animais de pequeno e médio porte e pelo turismo, que a partir da década de 1990 ganha impulso, com a abertura a visitas ao Parque Nacional da Serra da Capivara (OLIVEIRA FILHO; MONTEIRO, 2009, p. 237) (g.n.).

Neste sentido, o objetivo geral foi verificar se o município São Raimundo Nonato tem apresentado resultados coerentes com ações preconizadas na Agenda do Ministério do Turismo, tomando como indicador o Estudo de Competitividade.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Do ponto de vista político-administrativo, o turismo é objeto de políticas públicas que visam a soluções emergenciais para problemas que dificultam ou impedem o adequado desenvolvimento de suas atividades. Do ponto de vista econômico, o turismo passa a ser avaliado nos mesmos parâmetros de atividades de outras áreas do mercado, por meio de indicadores adaptados às suas características. É o caso da competitividade, um dos fenômenos atuais de mensuração do desempenho de organizações, países, atividades e outros. Segundo Mendola e Volo (2017), os indicadores mais utilizados no turismo são aqueles que se referem à competitividade do destino.

Na medida em que a concorrência entre os destinos turísticos aumentou nas últimas duas décadas, tem havido uma crescente necessidade de adquirir conhecimento sobre a capacidade competitiva de um destino, bem como dos pontos fortes e fracos de seus concorrentes (PULIDO-FERNÁNDEZ; RODRÍGUEZ-DÍAZ, 2016). Evans (2016) ressalta que

alcançar uma vantagem competitiva sustentável no turismo, requer especificamente uma compreensão tanto da orientação dos serviços quanto das características inerentes específicas do próprio turismo.

De acordo com Krahl (2002), a noção de turismo evoluiu ao longo do tempo, adequando-se à demanda por paisagens que proporcionassem bem-estar e representassem uma forma de desenvolvimento. Esse desenvolvimento se daria por meio dos recursos que os traslados envolvem, o que também favoreceria novas relações comerciais, inclusive as decorrentes da integração mundial de mercados. Paralelamente, os conceitos de turismo foram acompanhando a expansão da atividade, surgindo vários com base em perspectivas diferentes.

O conceito de destino ou destinação turística, de acordo com Cooper et al. (2001, p. 136) é “o foco de instalações e serviços projetados para atender às necessidades dos turistas”. Mesmo que seja definido geograficamente, deve possuir um foco que permita analisar o afluxo de turistas e o impacto disso sobre o lugar (COOPER et al., 2001).

De acordo com Souza (2006), em geral as definições teóricas de políticas públicas apontam para os governos, assumindo uma visão holística do assunto, onde o todo é mais importante que a soma das partes. Essa autora sustenta que pode-se resumir a política pública como “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p.26). Desde o final do século XX as políticas públicas passaram a não se restringir às questões relacionadas à burocracia governamental, já que dependem de diversos atores:

sociais, governamentais, supranacionais, dentre outros (RABELL apud FARAH, 2011). Neste contexto, a política de turismo tem sido definida por Beni (2001, p. 101) como “o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país”. Ela determina as prioridades da ação do Estado, facilita o planejamento dos empreendimentos e das atividades passíveis de apoio estatal (BENI, 2001).

As políticas públicas se inscrevem na perspectiva de intervenção do Estado nas transformações da sociedade, sendo, desta forma, um mecanismo institucional que permite incorporar atores sociais ao sistema político, num contexto de baixa institucionalização (MELO, 1999). Já os atores são grupos que integram o sistema político e apresentam reivindicações ou realizam ações que são transformadas, posteriormente, em políticas públicas (SEBRAE/MG, 2008).

Viana (1996) cita as fases da política pública - construção da agenda, formulação de políticas, implementação de políticas e avaliação de políticas - explicando que as mais estudadas são a formulação e a implementação. Segundo essa autora, há casos em que se podem elaborar modelos de causalidade ou de inter-relação entre as variáveis do processo: o meio social e o político, os atores participantes, as agências implementadoras e as metas e objetivos políticos.

O ciclo da política pública começa com a construção de uma agenda, que é a etapa na qual os “interesses e propostas são colocados na ‘mesa’ de negociações, definindo-se preferências que são adaptadas ao projeto político governamental, seguido das etapas de formulação de propostas, es-

colha de alternativas e implementação das políticas públicas” (PINTO, 2008a, p. 29).

Agenda governamental pode ser entendida como “o conjunto de assuntos sobre os quais o governo, e pessoas ligadas ele, concentram sua atenção num determinado momento” (KINGDON apud CAPELLA, 2005, p. 3). A construção de uma agenda envolve analisar o fluxo: problema, propostas de alternativas de solução apresentadas por diversos atores, processo político envolvido na questão, conflito, negociação entre os atores e, por último, tomada de decisão (PINTO, 2008b).

A formulação das políticas públicas é definida por Viana (1996, p. 13) como “um diálogo entre intenções e ações, isto é, um processo contínuo de reflexão para dentro e ação para fora.” A elaboração do projeto ou formulação e a implementação são os momentos mais importantes da formação das políticas, por ser originado de diversos processos e diferentes funções sociais. Portanto, um processo adequado de elaboração de políticas públicas segue, de maneira geral, os passos seguintes: conversão de estatísticas do problema em informação relevante; análise da preferência dos atores e ações com base no conhecimento adquirido sobre o problema (SEBRAE apud QUEIROGA et al., 2016). Historicamente, segundo Cruz (2002), no Brasil, a importância das políticas públicas de turismo foi desconsiderada pelos poderes públicos ao longo do tempo, cuja responsabilidade era justamente criar e implementar tais políticas. Essa situação mudou a partir da década de 90, com a reestruturação da atividade turística no país e com a concomitante visão nova das políticas públicas.

Baseando-se na noção de que as políticas de turismo têm relação direta com valores cultu-

rais e ideológicos, Solha (2006) analisou o turismo em nível mundial e destacou três fases das políticas públicas:

- de 1950 a 1970, houve uma expansão do turismo de massa, sendo comuns políticas de fomento com o objetivo maior de aumentar o fluxo de visitantes;
- de 1970 a 1985, as políticas voltaram-se para o turismo como um agente de desenvolvimento e houve um crescente envolvimento do governo no fornecimento de infraestrutura;
- de 1985 à atualidade, desenvolveu-se uma preocupação com questões ambientais e com o aumento da competitividade, passando-se a estimular um posicionamento responsável do setor. O Estado passou a interferir menos.

Henz et al. (2000), com base nessa divisão de Solha (2006), concluíram que o Brasil não acompanhou o desenvolvimento da atividade turística mundial no mesmo nível. Esses autores dividiram o desenvolvimento do turismo brasileiro em períodos, conforme marcos que determinariam sua evolução (HENZ et al., 2000):

- da **década de 60 à de 90**: criados a EMBRATUR e o CNT, o turismo foi enfocado como atividade produtiva com capacidade para atenuar os desníveis socioeconômicos regionais. Foram elaborados sistemas de incentivos financeiros e fiscais para essa atividade, e teve início a formulação das primeiras políticas públicas voltadas para o setor;
- década de 90: no contexto das mudanças políticas, foi iniciado um processo de valorização do turismo, com base na conclusão de que essa atividade poderia impulsionar o desenvolvimento do país. À vista disso, verificou-se a necessidade

de investimentos territoriais, em infraestrutura moderna para o turismo, construção de mais redes de transporte e organização do espaço. O governo federal, por meio da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), criou programas orientados ao desenvolvimento sustentável do turismo e à transformação e modernização do litoral nordestino, respectivamente: Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) e Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE). Esse visava, principalmente, à melhoria da infraestrutura para atender o turismo massificado e o internacional. Também foi criado Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), cujos principais objetivos eram a descentralização das políticas públicas de turismo, seu planejamento, estímulo à participação, conscientização dos efeitos do turismo como gerador de emprego, entre outros;

- de 2000 a 2007: período de mais mudança no turismo, desde a criação do MTur em 2003. Sendo um órgão da administração direta, o MTur detém as condições requeridas para articular-se com outros Ministérios, com governos em todas as instâncias, com o Poder Legislativo e com a iniciativa privada. Ele tem atribuições para planejar e desenvolver políticas públicas, com o gerenciamento de orçamento próprio. Enquanto ao MTur compete a organização de todos os assuntos relativos ao turismo doméstico, à EMBRATUR dizem respeito as tarefas de promoção, marketing e apoio à comercialização, no exterior, dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros. Ainda em 2003, foi criado o Plano Nacional de Turismo (PNT) para o quinquênio

2003/2007 e foi implementado o Programa de Regionalização Turística “Roteiros do Brasil”, com foco na descentralização política e na atribuição das respectivas responsabilidades, diferentes para os âmbitos estadual e municipal.

Ruschmann (2000) explica que o planejamento da atividade turística compete ao Estado que, no âmbito do governo federal, deve elaborar políticas nacionais de incentivo à atividade; estabelecer leis norteadoras para seu funcionamento, entre outras. Como atividade econômica, o turismo passou a ser mensurado, sendo a competitividade um dos indicadores de sua mensuração.

O crescente interesse pela competitividade dos destinos turísticos pode ser verificado pela crescente literatura na área (VILA; DARCY; GONZÁLEZ, 2015). Um ponto central nos debates acerca de políticas de turismo, e que gerou várias pesquisas, refere-se à questão de se alcançar a competitividade do destino ao mesmo tempo em que se promove a prosperidade para os residentes (CVELBAR, 2016). Nesse sentido, Dwyer et al. (2014) sustentam que as profundas mudanças econômicas, demográficas, políticas, sociais, ambientais e tecnológicas não podem ser ignoradas por quem busca alcançar a competitividade do destino turístico. No entanto, pouco trabalho empírico tem se concentrado em pequenos destinos turísticos, e praticamente nenhuma pesquisa sobre a competitividade do destino turístico foi aplicada a pequenos destinos, como vilarejos ou pequenas cidades (CUCCULELLI; GOFFI, 2016).

Destinos dependem de seus principais produtos turísticos como fatores-chave para motivar os turistas a visitá-los, exigindo mix e número adequados

desses produtos para o atingimento de objetivos estratégicos em direção ao desenvolvimento de vantagem competitiva (BENUR; BRAMWELL, 2015). A avaliação da competitividade de destino é um processo de avaliação multicritério, com critérios subjetivos, abstratos ou não quantificáveis, sendo uma fraqueza da maioria dos estudos de competitividade não ponderar os atributos, já que nem todos são igualmente importantes em termos de sua contribuição para a competitividade dos destinos (ZHOU et al., 2015). Nesse sentido, em um ambiente cada vez mais globalizado e extremamente dinâmico, a inovação é o elemento chave para que as cidades e os destinos turísticos sejam competitivos (DEL CHIAPPA; BAGGIO, 2015).

A ideia de que o turismo é importante para o crescimento econômico e desenvolvimento dos países, justifica a alocação de recursos públicos para atrair mais visitantes, aumentando sua posição competitiva em relação a outros destinos (WEBSTER; IVANOV, 2014). Para Croes e Kubickova (2013), determinar o nível de competitividade é importante para medir o desempenho de um destino em comparação com os seus concorrentes. É também um indicador econômico importante, pois fortalece o comércio bilateral e promove a renda de exportação, sendo fundamental para os governos que pretendem promover este serviço, determinar o impacto da infra-estrutura nessa atividade (PAGLIARA et al., 2015). De acordo com Kubickova, Croes e Rivera (2017), a competitividade no turismo pode gerar recursos necessários para melhorar a qualidade de vida, ao mesmo tempo em que a melhoria da qualidade de vida pode incrementar a competitividade do turismo.

Em 2007, ao reconhecer a importância do turismo para a economia, o Fórum Econômico

Mundial apresentou o trabalho *The Travel & Tourism Competitiveness Report*, baseado em dados secundários de diversos organismos internacionais e em pesquisa realizada com líderes e executivos. O índice de competitividade criado teve como fundamento um modelo calcado em 13 pilares: políticas públicas e regulamentações; legislação ambiental; segurança; saúde e higiene; infraestrutura aérea; infraestrutura de transporte terrestre; infraestrutura de turismo; infraestrutura de comunicação; priorização do setor de turismo; preços no setor de turismo; recursos humanos; percepção nacional sobre o turismo e recursos naturais e culturais. A pontuação atribuída a cada pilar tinha um peso diferente, segundo as variáveis envolvidas, as dimensões e a contribuição para o índice global da competitividade. Os pilares foram agrupados em dimensões: modelo de regulação, ambiente de negócios, infraestrutura e recursos humanos, naturais e culturais (MTUR, 2008).

Observa-se que o índice estabelecido pelo Fórum Mundial teve ampla abrangência, demonstrando que a competitividade perpassa a área política e a legislação. Infere-se, porém, que a opção pela aplicação de um ou de outro indicador de abrangências diferentes deve ser adequada à realidade local ou regional. Neste sentido, de acordo com Souza, Pena e Moesch (2017, p. 21), "a formação, identificação, construção e operacionalização de aglomerados ou ecossistemas enredados pelo turismo em sua dimensão regional conformam-se, na maioria dos casos, pelas políticas públicas encetadas com tais propósitos".

No Brasil, o citado Estudo da Competitividade dos 65 Destinos Turísticos Indutores do Turismo Regional, desenvolvido pelo MTur em 2008 com a

finalidade de avaliar a competitividade dos referidos destinos, baseou-se em cinco macrodimensões – infraestrutura, turismo, políticas públicas, economia e sustentabilidade - subdivididas em 13 dimensões: i) infraestrutura geral; ii) acesso; iii) serviços e equipamentos turísticos; iv) atrativos turísticos; v) marketing e promoção do destino; vi) política pública; vii) cooperação regional; viii) monitoramento; ix) economia local; x) capacidade empresarial; xi) aspectos sociais; xii) aspectos ambientais; e xiii) aspectos culturais. Esse Estudo de Competitividade é objeto deste artigo, na perspectiva das políticas públicas.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Com relação à finalidade, esta pesquisa é explicativa, pois busca verificar se o resultado do “Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Turísticos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional” influenciou a construção da agenda do MTur a partir de 2008. Richardson (1999) esclarece que pesquisas explicativas verificam ou analisam causas de fenômenos. No caso deste estudo, não há informações quanto à relação entre a construção da agenda do MTur após 2008 e os resultados do Estudo dos 65 Destinos Turísticos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

Quanto aos meios, a pesquisa é documental, pois foram consultados documentos a fim de se alcançar o objetivo do trabalho. É também uma pesquisa bibliográfica, na medida em que foram consultadas publicações que tratam de assuntos relacionados ao tema do estudo. Vergara (1998) define, respectivamente: é pesquisa documental

quando as fontes de informação são representadas por documento, pessoas e outros registros; é bibliográfica quando o estudo sistematizado foi feito com material bibliográfico disponível ao público. Para Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de contribuições de diversos autores acerca de um assunto, enquanto a pesquisa documental utiliza documentos que não receberam tratamento analítico, como documentos oficiais, reportagens, cartas, contratos etc.

A abordagem ao tema é qualitativa, pois visa verificar a qualidade da relação entre os resultados do “Estudo dos 65 destinos” e a construção da agenda do MTur. Tem um traço quantitativo, porque os recursos despendidos pelo MTur nesse sentido vão poder confirmar ou não a qualidade do que se busca verificar. Segundo Diehl (2004), a abordagem qualitativa permite descrever a complexidade do objeto investigado, classificar seus processos, compreender as variáveis envolvidas e contribuir para mudanças no processo.

Esse Estudo tem suas origens no PNT 2007/2010 que tem, entre suas metas, a estruturação de 15 destinos com padrão internacional de qualidade. Em seguida, em 2008, dentro do Programa de Regionalização do Turismo e na sequência dessa meta do PNT, contratou-se um estudo de avaliação da competitividade de 65 destinos indutores do turismo regional. O conceito de qualidade então utilizado pelo PNT foi substituído pelo de competitividade, tendo em vista a expansão internacional desse fenômeno para mensuração de desempenhos em várias áreas do mercado.

A competitividade dos 65 destinos turísticos indutores do desenvolvimento do turismo regional foi mensurada por meio de um indicador de compe-

titividade composto de 13 pilares (descritos anteriormente). A pontuação obtida foi dividida em cinco escalas de zero a dez, com a seguinte classificação:

O primeiro nível (0 a 20 pontos) refere-se ao intervalo em que os destinos apresentam deficiência em relação a determinada dimensão; o segundo nível (21 a 40 pontos), apesar de expor uma situação mais favorável do que o anterior, ainda evidencia níveis inadequados para a competitividade de um destino em relação à dimensão; o terceiro nível (41 a 60 pontos) configura situação regularmente satisfatória; o quarto nível (61 a 80 pontos) revela a existência de condições adequadas para atividades turísticas, e é, neste trabalho, o padrão mínimo de qualidade para a dimensão analisada; e o quinto nível corresponde ao melhor posicionamento que um destino pode alcançar em uma dada dimensão (81 a 100 pontos) (MTUR, 2008, p. 65) (g.n.).

A média geral da competitividade do conjunto dos 65 destinos turísticos indutores do desenvolvimento do turismo regional foi de 59,3 nas capitais e 46,7 nas não capitais. A média geral do Brasil foi 52,0.

Na pesquisa documental, além do “Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Turísticos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional” de 2008, foram analisadas as cinco versões posteriores, com a finalidade de identificar melhoria nas dimensões da competitividade nos destinos selecionados para esta pesquisa. Foram analisadas nos documentos consultados: as ações consideradas prioritárias no “Estudo de Competitividade” de 2008 e o dos anos subsequentes; as ações e priori-

dades estabelecidas nos PNT de 2003, 2007, 2012; as ações referentes do MTur relativas às Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2008 a 2014; as ações do MTur nos Planos Plurianuais (PPAs) de 2008 e 2011; convênios firmados entre o MTur e os municípios entre 2008 e 2010; documento referencial Turismo no Brasil 2011-2014 e documentos diversos com registros de prioridades que comprovassem a relação entre a execução de ações/destinação de recursos – por parte do MTur – nas treze dimensões propostas pelo Estudo de Competitividade – e a construção da agenda de políticas desse órgão.

## 4.2 TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados compilados nos diversos documentos citados foram, inicialmente, organizados cronologicamente e comparados em relação aos períodos antes e após o “Estudo de Competitividade”. Foram associados **às respectivas finalidades e destinos turísticos** e relacionados aos 13 pilares que compõem o indicador de competitividade.

Por último, buscou-se associar os dados posteriores a 2008 a tratamentos prioritários (inclusão na agenda) por parte do MTur, tendo em conta o objetivo do “Estudo de Competitividade” e verificar melhorias ocorridas nos destinos selecionados em comparação a 2008.

## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados são apresentados de forma a contextualizar as ações do MTur do geral para o particular. A finalidade é desenvolver uma visão com-

parativa do tratamento geral dispensado por esse órgão aos destinos turísticos como um todo, aos 65 selecionados no Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Turísticos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Com base nos objetivos do referido estudo, “trabalhar os 65 destinos até 2010 para a obtenção do padrão de qualidade internacional, constituindo, assim, modelos de destinos indutores do desenvolvimento turístico regional [...]” (MTUR, 2008, p. 65).

A seleção dos 65 destinos é resultado de uma primeira escolha de 87 destinos turísticos priorizados para obterem um padrão de qualidade internacional com recursos do MTur, os quais, por sua vez, foram selecionados entre 396 roteiros de 149 regiões turísticas do país. Dos 87, os 65 destinos constantes do “Estudo de Competitividade” foram escolhidos com base nos seguintes critérios:

a) “todas as Unidades da Federação e suas capitais deveriam ser contempladas; b) cada Unidade da Federação deveria ter no mínimo um e no máximo cinco destinos indutores de desenvolvimento turístico regional.” Também foram consideradas avaliações e valorações de diversos estudos e pesquisas que orientam a ação ministerial, como os Planos de Marketing Turístico Internacional e Nacional e estudos e investigações sobre investimentos do governo federal e sobre as potencialidades e necessidades desses destinos. Os 65 destinos fazem parte de 59 regiões turísticas de todas as Unidades da Federação.

A partir de 2008, ano no qual foi realizado o “Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento regional”, o MTur contou com a seguinte dotação orçamentária (Tabela 1):

**Tabela 1:** Dotação orçamentária para o período 2008-2011

Exercício	Recursos orçamentários (R\$)
2011	3.411.933.898,00
2010	4.002.663.837,00
2009	2.805.411.649,00
2008	2.818.457.870,00

Fonte: CGU (2011)

Essa dotação teve um acréscimo em relação à anterior nos seguintes itens que, em linhas

amplas, integram as propostas do PNT e da Política Nacional de Turismo (tabela 2).

**Tabela 2:** Demonstrativo da variação positiva da dotação e finalidades

Ação	Dotação autorizada							
	2011		2012		2013		2014	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Apoio à Infraestrutura Turística	2.361.436.801,00	69,2	2.919.203.758,00	72,9	1.841.956.023,00	65,7	2.044.943.998,00	72,6

Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional	178.305.491,00	5,23	147.500.000,00	3,69	79.750.703,00	2,84	56.636.960,00	2,01
Qualificação de Profissionais Associados ao Segmento de Turismo	142.920.407,00	4,19	143.690.202,00	3,59	65.549.616,00	2,34	45.261.342,00	1,61
Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno	272.270.000,00	7,98	352.177.500,00	8,80	414.805.460,00	14,80	309.058.329,00	11,00

Fonte: CGU (2011)

A primeira questão levantada foi verificar se o destino havia tido um tratamento prioritário em relação aos demais, o que foi feito mediante o levantamento dos recursos direcionados aos 65 destinos e aos demais.

Para correlacionar as ações governamentais (liberação de recursos) a políticas/programas especiais de governo, foram analisados convênios e contratos de repasse – instrumentos que permitem a transferência de recursos voluntários entre o governo federal e os municípios – do MTur para

os municípios nos dois anos anteriores e nos dois posteriores ao Estudo de 2008.

Na tabela 3 encontra-se o total dos recursos distribuídos aos destinos selecionados no “Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional” e aos demais destinos turísticos nos dois biênios enfocados, bem como o número de contratos e de convênios celebrados nesses períodos. O objetivo é comparar o tratamento prioritário dado aos 65 destinos, diante da finalidade do PNT.

**Tabela 3:** Demonstrativo do volume de recursos distribuídos destinos turísticos

Locais	Volume R\$ 2006/2007	Volume R\$ 2009/2010	Var. %	Contr/Conv 2006/2007	Contr/Conv 2009/2010	Var %
65 Destinos	565.919.248,30	766.424.260,30	35,43	571	639	11,91
Outros Destinos	883.174.258,00	3.039.838.678,00	244,19	4229	8881	110,00

Fonte: Portal da Transparência (2017), adaptada pelos pesquisadores

Os números dessa tabela apontam um dispêndio crescente de recursos distribuídos entre os outros destinos 296,6% superior ao dos 65 incluídos no “Estudo de Competitividade”. No período

anterior (2006/2007), o volume de recursos dos outros destinos havia sido superior ao dos 65 em cerca de 56,1%. No número de convênios e de contratos de repasses firmados no período, o aumento 571

para 639 dos 65 destinos e de 4229 para 8881 dos outros configurou um crescimento de 11,91% e de 110,00% respectivamente.

Esse é um quadro inicial representativo de que, mesmo após os 65 destinos avaliados apresentarem problemas que interferiam em seu nível de competitividade, tornando-se, portanto, objeto de tratamento prioritário pelo MTur, esse tratamento preferencial não ocorreu. Ao contrário, a liberação de recursos no biênio posterior ao Estudo foi mais de cinco vezes superior à do biênio que o antecedeu. Trata-se de uma relação inversa entre o crescimento na distribuição de recursos pelo MTur e a meta do PNT de estruturação desses destinos.

No PNT, a meta era de que, até o final de 2008, 15 dos 65 destinos fossem estruturados e alcançassem o padrão de qualidade internacional, por meio da atuação do MTur e de suas instituições parceiras, nos âmbitos nacional, estadual, regional e municipal. Os outros 50 destinos seriam trabalhados de acordo com as metas do PNT 2007/2010, de forma participativa, descentralizada e sistêmica, estimulando a integração e

a consequente organização e ampliação da oferta turística.

## 5.1 SÃO RAIMUNDO NONATO

São Raimundo Nonato é uma cidade situada no Piauí, estado da região Nordeste. Obteve 34,0 pontos no índice geral de competitividade no Estudo de 2008, bem abaixo da média do Brasil, 52,1 pontos. Como vantagens comparativas, uma das principais é o Parque Serra da Capivara, que abriga os mais antigos sítios arqueológicos das Américas, com figuras rupestres, os quais foram tombadas como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (PORTAL SÃO RAIMUNDO, 2015). As vantagens competitivas estão em desenvolvimento.

As principais atividades turísticas de São Raimundo Nonato são a arqueológica e o ecoturismo. A cidade teve um aumento de 7.344% nos recebimentos no biênio posterior ao Estudo de 2008, e os recursos recebidos permitiram alterar as seguintes dimensões de competitividade (quadro 1):

**Quadro 1** - Dimensões de avaliação São Raimundo Nonato

São Raimundo Nonato	Índice Geral	Infraestrutura Geral	Acessibilidade	Serviços de Equipamentos Turísticos	Atrativos Turísticos	Marketing e promoção do destino	Políticas Públicas
2008	34,0	57,4	23,3	17,4	69,6	12,0	28,5
2009	35,1	59,0	25,3	19,5	65,3	17,2	29,8
2010	37,1	57,6	26,7	30,6	68,2	23,3	34,2
2010-2008	3,1	0,2	3,4	13,2	-1,4	11,3	5,7
RR(08-09-10)		20.000.000,00			546.400,00		

São Raimundo Nonato	Cooperação Regional	Monitoramento	Economia Local	Capacidade empresarial	Aspectos Sociais	Aspectos Ambientais	Aspectos Culturais
2008	7,5	0,0	33,9	28,0	49,1	54,3	45,3
2009	10,0	1,4	32,7	28,1	45,1	60,1	46,9
2010	9,3	6,2	37,0	19,6	46,4	60,2	45,3
2010-2008	1,8	6,2	3,1	-8,4	-2,7	5,9	0,0
RR(08-09-10)							

Fonte: Elaborado pelos autores

São Raimundo Nonato apresentou dois projetos no biênio posterior a 2008 e recebeu recursos para 2 das 13 dimensões de competitividade: infraestrutura e atrativo turístico. O indicador infraestrutura teve variação positiva, passando de 57,4 para 57,6 pontos e atrativo turístico teve variação negativa passando de 69,6 para 68,2. Das dimensões que não receberam recursos, serviço e equipamento turístico teve a maior variação positiva, passando de 17,4 para 30,6 pontos, e capacidade empresarial teve a maior queda, baixando de 28 pontos para 19,6. A dimensão que mais recebeu recursos foi infraestrutura geral, totalizando R\$ 20.000.000,00.

Pela significação do Parque Serra da Capivara para o país, para as Américas e para o mundo, ao abrigar mais de 1.000 sítios arqueológicos com desenhos rupestres, o empenho dos governos, em suas três esferas, poderia ser mais eficiente. Esses atores oficiais têm mais poder de decisão, embora, conforme Arretche (1996) haja deficiência na qualidade dos serviços prestados na realização de ações nos destinos.

Para Jacobi (2000), há um déficit de participação de atores relevantes no processo dos programas ou políticas públicas. Segundo ele, no Brasil, tradições patrimonialistas, estatistas,

centralizadoras e relações clientelistas, “meritocráticas e de interesse sociedade e Estado”, são características ainda observadas neste século. Embora esses pontos não sejam condicionantes da cultura política nem representem obstáculos à busca de novas formas de participação nas políticas, eles têm seu peso no processo, nem que seja sob forma de omissões ou da “não ação” de que fala Teixeira (2002). Ainda em termos políticos, em princípio, a burocracia seria politicamente neutra, “mas frequentemente age de acordo com interesses pessoais, ajudando ou dificultando as ações governamentais” (SEBRAE, 2008, p. 9).

A par dessa análise geral do contexto de atuação dos atores oficiais (governos) e de parte dos grupos de interesse (os políticos em especial), em São Raimundo Nonato, destaca-se a atuação de pessoas com capacidade de serem ouvidas e de *officials*, com obrigação de ouvir que integram o grupo de interesse ou atores não oficiais, como esclarece Viana (1996). É o caso da historiadora e arqueóloga brasileira Niéde Guidon, que há 23 anos reside na área e iniciou um projeto arqueológico, cujas vertentes incluem a criação do Parque Nacional Serra da Capivara, educação e criação de um museu (PORTAL SÃO RAIMUNDO, 2015). Esse projeto conta com recursos advindos de várias pastas do governo e pode ser responsável pelo aumento

substancial dos recursos no biênio posterior ao Estudo de 2008.

No entanto, ainda parece distante uma elevação significativa do índice de competitividade desse destino, haja vista ainda a queda significativa no índice da dimensão capacidade empresarial. Em contraposição, houve o aumento representativo no indicador da dimensão monitoramento, embora ainda muito distante da pontuação máxima estabelecida no "Estudo de Competitividade". Essa realidade evidencia a incoerência na alocação de recursos públicos, recursos esses que podem, de acordo com Webster e Ivanov (2014), aumentar a posição competitiva em relação a outros destinos.

Diante de condições como essa, questiona-se, entre outros aspectos, o estabelecimento dos objetivos do PNT de reestruturação dos destinos para médio prazo (dois anos posteriores ao Estudo). São Raimundo, por exemplo, pelo nível do indicador de suas dimensões, obviamente fora dos 15 que deveriam "estar prontos" até o final de 2008, teria, em princípio, um horizonte de longo prazo até alcançar as condições internacionais de competitividade previstas no Plano. Isso significa que a liberação de recursos num patamar 7.344% superior ao do biênio anterior ao Estudo não foi objeto de um planejamento "casado" entre objetivos, destinação de recursos e cumprimento de prazos, considerando também que, entre a liberação dos recursos e o efetivo início das ações, leva-se, por vezes, um tempo superior ao que foi estabelecido para a obtenção de resultados.

E aqui cabe novamente lembrar a deficiência na qualidade dos serviços prestados na implementação de projetos nos destinos, por sua menor capacidade administrativa (principalmente diante

de um potencial como o de São Raimundo Nonato) e por sua atuação mais limitada em termos de poderes (ARRETCHE, 1996; COSTA, 2002).

Esse fato é um ponto que agrava e até compromete a implementação de ações. Arretche (1996) afirma que a superação das dificuldades encontradas em níveis estaduais e municipais na implementação de programas ou projetos públicos cabe ao governo federal, por meio de ações mais específicas que contribuam para a redução das desigualdades regionais.

## 6 CONCLUSÃO

O funcionamento do processo de implementação de políticas, projetos ou programas, todos equiparados quanto a esse fim, apesar das melhorias que já se observam ao longo do tempo, como a necessidade de seu controle e de avaliação, ainda está muito distante de como deveria ocorrer.

É evidente, que há uma falta de lógica entre a aplicação dos recursos e a necessidade apontada no Estudo, assim como o volume de investimento feito e os resultados dos destinos. A complexidade da política permite supor que fatores outros, não apontados objetivamente pelos indicadores, tiveram mais influência na definição da utilização dos recursos. Desta forma, não se observa o preconizado por Melo (1999), que diz que as políticas públicas devem incorporar atores sociais ao sistema político. É notório que parte dos termos de parceria e convênios é oriunda de emendas parlamentares, com indicação de investimentos feitos por deputados ou influenciados por prefeitos e que não estão alinhados com as necessidades apontadas, e que levariam ao aumento de

competitividade dos destinos. Desta forma, a política de turismo, que de acordo com Beni (2001) determina as prioridades de ação do Estado, não foi plenamente implementada.

O MTur, por sua vez, não estabeleceu regras para utilização dos recursos que levassem mais investimento para os destinos priorizados, e não levou em consideração o tempo entre a liberação dos recursos e o início imediato da ação. Muitos desses investimentos ficaram presos na burocracia, atrasando ou mesmo inviabilizando sua liberação, como por exemplo, no caso de São Raimundo Nonato. No nível em que se encontravam as 13 dimensões de sua competitividade, avaliadas em 2008, dois anos para superar essa condição seriam insuficientes, independente do quantitativo de recursos distribuídos. O PNT foi publicado em 2007 e estabeleceu para os 65 destinos um prazo até o final de 2010, para solução das questões relativas

às dimensões do indicador, sem considerar, ao que parece, as peculiaridades individuais, a complexidade da política e a burocracia.

Ao se analisar os indicadores do Estudo de Competitividade, pode-se afirmar que os resultados obtidos não são coerentes com as ações preconizadas na Agenda do Ministério do Turismo.

Concluindo, as ações de liberação de recursos pelo MTur para os destinos turísticos não foram alinhadas nem ao objetivo temporal estabelecido no PNT para a estruturação de tais destinos, nem à indicação deles, de suas dimensões competitivas e das necessidades para a solução pelo “Estudo de Competitividade” de 2008.

Nesse sentido, fica claro, na análise do caso do Município de São Raimundo Nonato, que houve disparidade entre o que o Estudo de Competitividade dos 65 destinos do Desenvolvimento Turístico Nacional indicava, e o que efetivamente se traduziu em ações do MTur.

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n. 31, p. 44-66, 1996.

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 5 ed. São Paulo: SENAC, 2001.

BENUR, Abdelati M.; BRAMWELL, Bill. Tourism product development and product diversification in destinations. **Tourism Management**, v. 50, p. 213-224, 2015,

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formação da agenda governamental: perspectivas teóricas. In:

XXIX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS GT19 - Políticas Públicas. **Anais...** São Paulo, 2005.

CARMONA, Viviane Celina; COSTA, Benny Kramer; RIBEIRO, Henrique César Melo. Competitividade e turismo: estudo da produção científica internacional. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 2, p. 201-221, 2014.

CGU. Controladoria Geral da União. Relatório de Auditoria especial nº 00190.020860/2011 do Ministério do Turismo. 2011. Disponível em: < [http://sistemas.cgu.gov.br/relats/uploads/2437\\_Relatorio-Turismo2011.pdf](http://sistemas.cgu.gov.br/relats/uploads/2437_Relatorio-Turismo2011.pdf) > Acesso em: 20 mar. 2017.

## REFERÊNCIAS

- COOPER, Chris et al. Turismo princípios e prática. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. As mudanças na agenda das políticas sociais no Brasil e os desafios da inovação. In: CARVALHO, Alysson et al. (org.), **Políticas públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 27-58.
- CROES, Robertico; KUBICKOVA, Marketa. From potential to ability to compete: Towards a performance-based tourism competitiveness index. **Journal of Destination Marketing & Management**, v. 2, n. 3, p. 146-154, 2013.
- CRUZ, Rita de Cássia A. Políticas públicas de turismo no Brasil: significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais. In: SOUZA, Maria José de. (Org.) **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Brasília: MA, 2002.
- CUCCULELLI, Marco; GOFFI, Gianluca. Does sustainability enhance tourism destination competitiveness? Evidence from Italian Destinations of Excellence. **Journal of Cleaner Production**, v. 111, p. 370-382, 2016,
- CVELBAR, Ljubica Knežević et al. Drivers of destination competitiveness in tourism: a global investigation. **Journal of Travel Research**, v. 55, n. 8, p. 1041-1050, 2016.
- DEL CHIAPPA, Giacomo; BAGGIO, Rodolfo. Knowledge transfer in smart tourism destinations: Analyzing the effects of a network structure. **Journal of Destination Marketing & Management**, v. 4, n. 3, p. 145-150, 2015.
- DIEHL, Astor Antônio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- DOGRU, Tarik; SIRAKAYA-TURK, Ercan. Engines of tourism's growth: An examination of efficacy of shift-share regression analysis in South Carolina. **Tourism Management**, v. 58, p. 205-214, 2017.
- DREHER, Marialva Tomio; SALINI, Talita. PPs de regionalização do Turismo na Região de Blumenau, Santa Catarina. **Gestão & Regionalidade**, v. 25, n. 74, p. 94-105, 2009.
- DWYER, Larry et al. Achieving destination competitiveness: an importance-performance analysis of Serbia. **Current Issues in Tourism**, v. 19, n. 13, p. 1309-1336, 2014.
- ETCHEVARNE, Carlos. Proposta para o aproveitamento turístico de áreas arqueológicas da Bahia, Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 7, n. 2, p. 77-84, 1996.
- EVANS, Nigel G. Sustainable competitive advantage in tourism organizations: A strategic model applying service dominant logic and tourism's defining characteristics. **Tourism Management Perspectives**, v. 18, p. 14-25, 2016.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 813-836, 2011.
- GARCÍA-VILLAVÉRDE, Pedro M. et al. Determinants of radical innovation in clustered firms of the hospitality and tourism industry. **International Journal of Hospitality Management**, v. 61, p. 45-58, 2017.

## REFERÊNCIAS

- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HENZ, Aline Patrícia; LEITE, Fabiana Calçada de Lamare; ANJOS, Francisco Antonio dos. Refletindo as Políticas Públicas para Turismo: uma retrospectiva brasileira desde a década de 60. In: VI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. **Anais...** Caxias do Sul, 2010.
- JACOBI, Pedro Roberto. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- KRAHL, Mara Flora Lottici. O turismo rural e a ressignificação da paisagem. 2002. 111 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2002.
- KUBICKOVA, Marketa; CROES, Robertico; RIVERA, Manuel. Human agency shaping tourism competitiveness and quality of life in developing economies. **Tourism Management Perspectives**, v. 22, p. 120-131, 2017.
- MASSUKADO-NAKATANI, Marcia Shizue; TEIXEIRA, Rivanda Meira. Resource-based view as a perspective for public tourism management research: evidence from two Brazilian tourism destinations. *Brazilian Administration Review*, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 62-77, 2009.
- MELO, Marcus A. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, Elisabeth M. (Org.) *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. 2 ed. São Paulo: IEE, 1999, p. 11.
- MENDOLA, Daria; VOLO, Serena. Building composite indicators in tourism studies: Measurements and applications in tourism destination competitiveness. *Tourism Management*, v. 59, p. 541-553, 2017.
- MONTANARI, Maria Gabriela; GIRALDI, Janaina de Moura Engracia. Competitividade no turismo: uma comparação entre Brasil e Suíça. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 7, n. 1, p. 92-113, 2013.
- MTUR. Ministério do Turismo. **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional**. Brasília: MTur, 2008.
- OLIVEIRA FILHO, Raimundo Coelho; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. Ecoturismo no Parque Nacional Serra da Capivara: trata-se de uma prática sustentável?. **Revista Turismo em Análise**, v. 20, n. 2, p. 230-250, 2009.
- PAGLIARA, Francesca et al. High Speed Rail and the tourism market: Evidence from the Madrid case study. **Transport Policy**, v. 37, p. 187-194, 2015.
- PINTO, Isabela Cardoso de Matos. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. **Revista de Políticas Públicas**, v. 12, n. 1, p. 27-36, 2008a.
- PINTO, Isabela Cardoso M. Construção da agenda governamental: atores, arenas e processo decisório na saúde. *Organizações & Sociedade*, v. 15, n. 44, p. 13-24, 2008b.

## REFERÊNCIAS

- PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Portal da Transparência do Governo Federal. Disponível em: < <http://www.transparencia.gov.br> >. Acesso em: 27 fev. 2018.
- PORTAL SÃO RAIMUNDO. Portal Oficial de São Raimundo Nonato. Disponível em: < [www.saoraimundo.com/cidade](http://www.saoraimundo.com/cidade) >. Acesso em: 5 out 2015.
- PULIDO-FERNÁNDEZ, Juan Ignacio; RODRÍGUEZ-DÍAZ, Beatriz. Reinterpreting the World Economic Forum's global tourism competitiveness index. **Tourism Management Perspectives**, v. 20, p. 131-140, 2016.
- QUEIROGA, Bianca Arruda Manchester de et al. A importância das produções científicas para o fortalecimento político da profissão. **CoDAS**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 91-92, 2016.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- RUSCHMANN, Dóris. Turismo e planejamento sustentável. Campinas: Papirus, 2000.
- SEBRAE/MG. Políticas públicas conceitos e práticas. Série Políticas Públicas, v. 7. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008. Disponível em: < <http://agenda21comperj.com.br> >. Acesso em: 19 set. 2015.
- SOLHA, Karina Toledo. Política de turismo: desenvolvimento e implementação. In: RUSCHMANN, Dóris; SOLHA, Karina T. (Org.) **Planejamento turístico**. Barueri: Manole, 2006, p. 89.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.
- SOUZA, Luis Henrique; PENA, Luiz Carlos Spiller; MOESCH, Marutschka Martini. Conhecimento e sinergia como indutores da inovação regional em turismo: o caso do Observatório do Turismo no Distrito Federal (Brasil). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 11, n. 1, p. 19-38, 2017.
- STAUVERMANN, Peter Josef; KUMAR, Ronald Ravinesh. Productivity growth and income in the tourism sector: Role of tourism demand and human capital investment. **Tourism Management**, v. 61, p. 426-433, 2017.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR-BA: 2002. Disponível em: < <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf> > Acesso em: 17 set. 2015.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1998.
- VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 30, n. 2, p. 5-43, 1996.
- VILA, Trinidad Domínguez; DARCY, Simon; GONZÁLEZ, Elisa Alén. Competing for the disability tourism market – a comparative exploration of the factors of accessible tourism competitiveness in Spain and Australia. **Tourism Management**, v. 47, p. 261-272, 2015.

## REFERÊNCIAS

WEBSTER, Craig; IVANOV, Stanislav. Transforming competitiveness into economic benefits: Does tourism stimulate economic growth in more competitive destinations?. **Tourism Management**, v. 40, p. 137-140, 2014.

ZHOU, Yanhong et al. Resource-based destination competitiveness evaluation using a hybrid analytic hierarchy process (AHP): the case study of West Virginia. **Tourism Management Perspectives**, v. 15, p. 72-80, 2015.